

Justiça em

Edição 56
Ano X - dezembro 2016



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

INOVAJUSP

Conheça o Programa de Gestão e Inovação que está sendo implantado na Justiça Federal de São Paulo



NESTA EDIÇÃO

Brigadas de Incêndio

Calvície

Processo Administrativo Disciplinar

Subseção de Mauá

Apadrinhamento Afetivo

Eventos Cultura e Lazer

INOVAJUSP E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

No dia 16 de novembro lançamos oficialmente o Programa de Gestão e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo, o iNovaJusp. O evento foi realizado no prédio da Administração Central e contou com a presença da desembargadora federal Cecília Marcondes, presidente do TRF3, além de juízes e servidores que atuam como gestores na 3ª Região.

Na ocasião, também realizamos a primeira reunião do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (CONGIP), que integra o programa e é voltado para alinhar as atividades de gestão das áreas administrativas de todas as subseções judiciárias. Este Conselho tem a função de propiciar um canal de comunicação dos juízes e servidores com a Diretoria do Foro, levantar os problemas e as boas práticas de gestão nas áreas fim e administrativa, além de ser um espaço para sugestão de propostas, metas e iniciativas estratégicas para a Seção Judiciária.

O iNovaJusp é baseado na construção coletiva e inovadora de ações que promovam mudanças na operacionalidade das atividades, propiciando melhores

resultados ao serviço público prestado. Estamos investindo toda energia nessa proposta porque acreditamos que este é um caminho possível de ser trilhado, e que nos permitirá contribuir de forma efetiva para a melhoria da Justiça Federal. Nosso objetivo é primar pela transparência da informação, seja ela da área meio ou fim, sempre pensando no usuário final, que é o cidadão. Isso é essencial para que tenhamos uma gestão mais eficiente.

Esse formato de governança participativa tem como premissas a participação efetiva de juízes e servidores no estabelecimento das metas prioritárias da Justiça Federal, bem como a necessidade de ouvirmos também o cidadão para podermos aperfeiçoar nossos serviços segundo as expectativas do usuário.

Por isso, a participação e engajamento de todos no programa é essencial. Somente assim conseguiremos atingir os objetivos que almejamos, formando uma rede colaborativa de governança viva na 3ª Região, por meio da qual ocorrerão articulações para a realização do planejamento e avaliação

da estratégia, bem como a comunicação institucional nos vários níveis internos (pessoas, unidades, grupos formalmente constituídos, entre outros) e externos, a fim de promover condições e gerar subsídios para a execução e monitoramento de nossos planos de ação.

Para tanto, e considerando esses desafios, utilizaremos métodos que permitirão a interação, colaboração e troca de conhecimento, a fim de que o levantamento de dados, o diagnóstico de problemas, o feedback das estratégias, bem como a proposição de novas iniciativas e projetos possibilitem o alcance de uma maior efetividade nos resultados e forneçam elementos para a correção de rumo quando necessário.

Seguem a seguir os assuntos que serão abordados nessa edição da Justiça em Revista: gestão e inovação na JFSP; brigadas de incêndio; infração disciplinar e gestão de pessoas; apadrinhamento afetivo; tipos e tratamentos de calvície; Subseção Judiciária de Mauá e muito mais.

Boa leitura!

Paulo Cezar Neves Junior



Paulo Cezar Neves Junior
Juiz Federal Diretor do Foro

Luciana Ortiz Zanoni
Juíza Federal Vice-Diretora do Foro
(capital)

Renato Barth Pires
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(interior)

Ana Lúcia C. A. Pereira
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de
Comunicação Social

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa

Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

A BRIGADA DE INCÊNDIO NOS FÓRUNS



O agente Adilson Bellini ensinando técnicas de primeiros socorros



Treinamento da brigada de incêndio realizado em outubro na capital

Uma parte importante do trabalho de garantir a segurança das pessoas nos fóruns e preservar o patrimônio da instituição ocorre por meio do treinamento da brigada de incêndio. O agente de segurança da JF/SP, Adilson Bellini, explica que a equipe de brigadistas tem como principal função evitar ou mitigar o impacto de situações emergenciais no ambiente de trabalho.

“O treinamento desses colaboradores tornam os prédios da Justiça Federal mais seguros e aptos à utilização, uma vez que a brigada de incêndio é um dos itens de segurança obrigatório e, sem ela, a edificação não recebe o documento chamado AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros”, afirma o agente.

O AVCB é emitido para certificar que o imóvel possui as condições de segurança contra incêndio. Para obter ou manter a validade do documento, existe uma série de ações que precisam ser implementadas, dentre elas a formação e o treinamento da brigada que é realizado anualmente.

Durante o treinamento, os brigadistas aprendem a manusear equipamentos de combate a princípios de incêndio (como extintores e mangueiras), praticam como prestar os primeiros socorros e passam a conhecer os procedimentos de abandono da edificação em casos de incêndio, ameaça de bomba e outras emergências.

Segundo Bellini, a norma que exige a implantação, treinamento e a reciclagem das brigadas de incêndio no estado de São Paulo é a Instrução Técnica 17/2014 do Corpo de Bombeiros. Ela dispõe que prédios considerados de risco médio, como são os da Justiça Federal, e que tenham até 10 pessoas trabalhando por andar, mantenham um número mínimo de quatro brigadistas por pavimento. Se o andar possuir de 11 a 25 pessoas, deverá ter cinco brigadistas, de 26 a 41 pessoas, seis brigadistas, e assim por diante.

Neste ano, quase todos os mais de 50 prédios da Seção Judiciária de São Paulo receberam treinamentos de brigada de incêndio, ministrados por agentes do Núcleo de Segurança da JF/SP. Há previsão de cursos ainda no mês de dezembro. Algumas subseções mantiveram contato com o Corpo de Bombeiro local que, de forma gratuita, treinaram a brigada do fórum.

“Nossa meta é que em um curto espaço de tempo, e com a adesão contínua de novos membros, consigamos treinar todo o público interno dos fóruns, de maneira que todos conheçam a missão da brigada de incêndio e em uma emergência tomem as medidas necessárias”, ressalta Adilson, um dos responsáveis por ministrar os cursos.

Ele também fala da importância dos servidores que já são brigadistas participarem dos cursos de reciclagem, pois

dessa forma terão a oportunidade de conhecer, rever e aplicar os protocolos e as técnicas sobre diversos temas, sendo também uma ocasião em que todos podem aprender juntos.

“Lembro-me de dois jovens brigadistas das turmas recursais, que no passado sofreram convulsões (epilepsia). Como eu conhecia somente a visão do socorrista, tive a possibilidade de aprender e conhecer o olhar, ou a visão da vítima, com detalhes e informações que vieram a enriquecer nossos treinamentos,” relata Adilson.

Para ele, o trabalho da brigada está relacionado à solidariedade humana. “Os brigadistas saem da sua ‘zona de conforto’ para conhecer técnicas de segurança que visam o auxílio a outras pessoas. Espero sinceramente que nunca precisem usá-las, mas que estejam preparados. Sempre ressalto que esse treinamento serve não somente para o trabalho, mas para todos os locais que frequentamos, especialmente no lar, onde também podem ocorrer emergências”.

Em diferentes aspectos, o treinamento da brigada de incêndio desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio e principalmente da vida, garantindo segurança àqueles que frequentam ou trabalham nos fóruns da Justiça Federal. ■

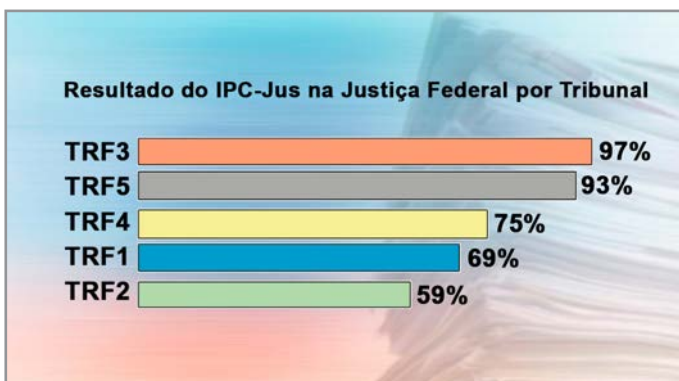
ACONTECEU – OUTUBRO/NOVEMBRO



LANÇAMENTO INOVAJUSP – A Diretoria do Foro lançou no dia 16/11, no prédio da Administração Central, o Programa de Gestão e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo. 📺



DIA DO SERVIDOR – Aconteceu nos dias 27 e 28/10 no auditório do JEF/SP, a “10ª Convenção em Comemoração ao Dia do Servidor Público”, com palestras sobre vários temas. 📺



MAIS PRODUTIVA DO BRASIL – A JF da 3ª Região foi considerada a mais produtiva do país, segundo dados de relatório divulgado pelo CNJ. Ela alcançou a marca de 97% no índice que mede a eficiência relativa de cada tribunal.



ESTUDANTES EM OURINHOS – A Cecon de Ourinhos recebeu alunos do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá para uma visita técnica, a fim de conhecerem o funcionamento e as instalações da Central




ENCONTRO JUÍZES – Magistrados dos JEFs e das Turmas Recursais participaram de um encontro que debateu o tema “Conciliação e os Juizados Especiais Federais”, nos dias 20 e 21/10. 📺



CEPEMA – A Central de Penas e Medidas Alternativas (Cepema) promoveu em 4/11 o terceiro encontro com as instituições que recebem réus condenados a prestar serviços à comunidade, para informar o trabalho divulgado pela Central e propiciar a troca de experiências. 📺



PALESTRA TELETRABALHO – No dia 11/11, aconteceu no auditório do JEF/SP, a palestra “Teletrabalho – Importância Estratégica para as Instituições Públicas”, ministrada pelo consultor Álvaro Mello. 



JÚRI – No dia 17/10, o plenário do TRF3 recebeu o Tribunal do Júri da 1ª Vara Federal Criminal da capital, que condenou um réu acusado de matar uma perita da Justiça do Trabalho, em 2008.




SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO – Milhares de audiências foram realizadas entre os dias 21 e 25/11, durante a XI Semana Nacional da Conciliação, evento promovido pelo CNJ em parceria com tribunais federais e estaduais.



PALESTRA SOROCABA – A juíza federal Sylvia Marlene Figueiredo ministrou uma palestra sobre as competências da Justiça Federal para os alunos do 1º ano da Faculdade de Direito de Sorocaba – FADI.



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS - No início de outubro, a Diretoria do Foro reuniu juízes e servidores para apresentar os resultados das medidas adotadas para redução de gastos e a projeção para os próximos meses. 



EXPOSIÇÃO – Nas últimas semanas, os fóruns de Jales e Caraguatuba receberam, respectivamente, as exposições “Arte em Cores”, do servidor Márcio Sanchez (foto), e “Jeito Caiçara”, do artista plástico Euzébio do Carmo.




POSSE SERVIDORES - Nos dias 7/10 e 7/11, dezessete novos servidores tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo.




DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.


30/11 - USUCAPIÃO DE BEM PÚBLICO É JULGADO IMPROCEDENTE POR MÁ-FÉ DO AUTOR

Ação foi proposta pela locatária de um apartamento que havia sido arrematado em um leilão pela Emgea devido a uma execução extrajudicial de financiamento. 


29/11 - CAIXA É MULTADA POR FALTA DE EQUIPAMENTO DE SENHA

TRF3 confirmou a legalidade do auto de infração e da multa de R\$ 50 mil imposta à Caixa Econômica Federal em São José dos Campos, por não fornecer senha de atendimento aos clientes. 


24/11 - ESTRANGEIRO QUE TENTOU VIAJAR COM OVOS DE FALCÃO PEREGRINO É CONDENADO

TRF3 confirmou decisão da 2ª Vara Federal em Guarulhos que condenou um irlandês por crime contra o meio ambiente. Espécie é considerada nativa do Brasil e está ameaçada de extinção. 


21/11 - ANVISA DEVE FISCALIZAR O USO DE TRIBROMOFENOL

O órgão terá de fiscalizar o uso da substância Tribromofenol em finalidades que não sejam como preservativo de madeira (a única permitida no Brasil), bem como as empresas que importam a substância. 


18/11 - DECRETADA PRISÃO DE EMPRESÁRIOS DE CERVEJARIA

1ª Vara Federal de Ourinhos determinou a prisão de três empresários ligados à Cervejaria Malta, réus numa ação que apura crimes de organização criminosa, falsidade ideológica e fraude à execução. 


10/11 - JÚRI POPULAR CONDENA ACUSADO DE TENTAR MATAR POLICIAL RODOVIÁRIO

O réu e outras três pessoas trafegavam pela rodovia BR 116 em dois carros quando foram parados pela Polícia Rodoviária e em seguida atiraram contra os policiais que faziam a diligência. 


28/10 - EMPRESÁRIAS SÃO CONDENADAS POR SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As acusadas eram irmãs e proprietárias de duas empresas do ramo de confecções. Elas teriam conseguido suprimir e reduzir o pagamento de contribuições previdenciárias fazendo repasses de uma firma para a outra. 


24/10 - PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUÁTICOS É AFASTADO

A ação questiona um convênio firmado entre o Ministério dos Esportes e a CBDA, que tinha a finalidade de adquirir equipamentos para as Olimpíadas Rio 2016. 


18/10 - JÚRI POPULAR CONDENA RÉU QUE ASSASSINOU PERITA JUDICIAL

O crime teria ocorrido por motivo fútil e com recurso que dificultou a defesa da vítima, baleada pelas costas enquanto cumpria diligência na empresa do acusado. 


14/10 - DETERMINADO BLOQUEIO DE SITES DA INTERNET E PRISÕES DE SEUS REPRESENTANTES

Os sites megafilmes HD 2.0, armagedomfilmes e filmesonlinegratís tiveram seus domínios bloqueados da rede e foi efetuada a prisão temporária de cinco pessoas. 


11/10 - AÇÃO SOBRE COMENTÁRIOS DE JORNALISTA É JULGADA IMPROCEDENTE


MPF acusava a jornalista Raquel Sheherazade de ter feito declarações hostis e de incitação à violência contra um adolescente durante reportagem do telejornal "SBT Brasil". 

06/10 - NOVE SÃO CONDENADOS POR TRÁFICO DE INFLUÊNCIA E EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO

De acordo o Ministério Público Federal, autor da ação originada na Operação Têmis, os acusados negociavam decisões judiciais em matéria tributária. 

04/10 - INDÍGENAS SÃO CONDENADOS POR CÁRCERE PRIVADO DE FUNCIONÁRIO DA FUNAI

Dois indígenas, sendo um deles cacique e o outro vereador do município de Avaí/SP, foram condenados a prisão por terem mantido três funcionários da Funai em cárcere privado. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.



INFRAÇÃO DISCIPLINAR E GESTÃO DE PESSOAS

Quando se fala em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) logo vem à cabeça algo muito sério, destinado a apurar a responsabilidade por alguma infração cometida por um servidor, que pode ter consequências graves, como a suspensão do trabalho ou até mesmo a demissão do cargo. Porém, muitas vezes, a sanção disciplinar poderia ter sido evitada se o problema fosse tratado de outra forma, no âmbito da gestão de pessoas.

Uma sindicância ou um PAD não deve ser compreendido como instrumento de punição, mas sim de esclarecimento da verdade sobre os fatos. Se a sindicância for instaurada e nela se detectar que há um acusado, a Constituição Federal garante ao mesmo o direito de ampla defesa, sob pena de nulidade do processo. Dados da Controladoria Geral da União apontam que cerca de 50% das demissões oriundas de processos administrativos disciplinares resultam em reintegração dos servidores por falha na condução dos processos.

Mas como diferenciar o que é o caso de um processo administrativo disciplinar ou simplesmente de gestão de pessoas? Quem explica essa diferença é o juiz federal Renato Barth Pires, vice-diretor do Foro, responsável pelos casos de PAD que chegam à Diretoria. “Nem sempre a dispensa da função comissionada, a colocação do servidor à disposição ou a representação é a solução concreta para o problema”, diz o magistrado.

Dentre as situações que poderiam ser resolvidas no âmbito da gestão de pessoas, destacam-se os problemas de relacionamento entre servidores do mesmo setor, pressão da chefia, situações de humilhação e constrangimento, falta de pontualidade, desentendimentos

por convicções religiosas, filosóficas ou políticas que influenciam negativamente no ambiente de trabalho, etc.

Quando não há gravidade suficiente para justificar uma punição, Renato Pires aponta algumas possíveis soluções. “É preciso investir em treinamento (inclusive das chefias), fazer readaptações no local de trabalho, alterar algumas rotinas, mudar o servidor de área ou setor, o horário de trabalho, fazer autocrítica e aconselhamento profissional”.

Para aqueles que ocupam uma função de chefia, o juiz orienta que, nesses casos, procure a área de gestão de pessoas. “É relativamente comum, por exemplo, quando o servidor enfrenta problemas de doença na família e não é pontual no trabalho. Não seria o caso para uma punição, mas de apoio da assistência social, da divisão médica ou do acompanhamento funcional”.

Renato Pires aconselha que, antes de se tomar uma medida extrema, é importante uma conversa prévia com o servidor. “Às vezes ele está com um problema pessoal muito sério e não consegue se livrar dele ou lidar com a questão, e a gestão de pessoas tem muito mais capacidade de enfrentar o problema do que um processo administrativo disciplinar. Ao contrário, sabemos que às vezes o fato do servidor responder a um processo produz uma repercussão psicológica terrível”.



Renato Barth fala sobre o PAD em evento do Dia do Servidor”

O juiz também alerta sobre a importância da obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que estão previstos no artigo 37 da Constituição Federal, e os artigos da Lei n.º 8.112/90 relacionados ao assunto. “Estamos todos submetidos a esse regime, precisamos saber o que é nosso dever, o que podemos ou não fazer, etc. É importante que o servidor saiba que este tema é levado muito a sério na Diretoria. Não foi por acaso que o doutor Paulo Cezar (diretor do Foro) delegou essa função para outro juiz, para que ele possa dar toda a atenção necessária que a situação exige. Gerimos um patrimônio que não é nosso, que é público, e precisamos ter muita atenção”. ■

DEVER DE APURAR

A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa (art. 143 da Lei 8.112/90). Não apurar é infração funcional (art. 116, § VI).



DENÚNCIA ANÔNIMA

As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito (art. 144 da Lei 8.112/90). A Constituição Federal veda o anonimato como critério legitimador do exercício da liberdade de manifestação de pensamento (art. 5º, § IV).

GESTÃO E INOVAÇÃO NA JF/SP



O termo “inovação” pode ser definido como o ato de criar algo novo, trilhar novos caminhos, ou adotar estratégias diferentes das atuais para atingir determinado objetivo – conceito muito utilizado no meio empresarial, econômico e até governamental. Buscando uma forma de desenvolver soluções inovadoras para resolver os problemas que se apresentam e, ao mesmo tempo, melhorar a prestação do serviço ao cidadão, a Diretoria do Foro deu início ao Programa de Gestão e Inovação na Seção Judiciária de São Paulo, o iNovaJusp.

O programa é baseado na construção coletiva de ações que promovam mudanças na operacionalidade das atividades da Justiça, propiciando melhores resultados ao serviço público. “Estamos investindo nossas energias nessa proposta porque acreditamos que este é um caminho possível de ser trilhado, e que nos permitirá contribuir de forma efetiva para a melhoria da gestão na Seção Judiciária de São Paulo”, afirma o juiz federal diretor do Foro, Paulo Cezar Neves Junior.

Macro-objetivos do iNovaJusp

Adotar Programa de inovação na gestão administrativa e incentivar a sua adoção na gestão de varas	Estabelecer Rede de Governança Participativa e Integrativa	Formular e implantar o Planejamento Estratégico Situacional da Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo
Promover a elaboração de Orçamento Programa e Participativo	Desenvolver e implantar sistema de <i>Compliance</i> , com aprimoramento do controle interno	Aprimoramento dos processos de trabalho de gestão de pessoas
Promover gestão para aquisição de instalações próprias	Elaborar e implementar o plano de comunicação da estratégica	Mapear todos os processos de trabalho das áreas administrativas

A visão estratégica é hoje uma realidade em vários segmentos da Justiça. No âmbito da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais implementaram departamentos de Gestão Estratégica e Escritórios de Projetos capazes de conduzir os trabalhos da estrutura necessária à governança da estratégia.

O iNovaJusp foi instituído pela Diretoria do Foro por meio da Portaria nº 10/2016 e lançado oficialmente no dia 16 de novembro de 2016 em um evento na capital. Paulo Cezar Neves Junior ressalta que a transparência e a inovação são os principais valores do projeto. “Nosso objetivo é primar pela transparência da informação, tanto da Administração para o usuário final, quanto para os nossos juizes e servidores. Isso é essencial para que tenhamos uma gestão mais eficiente”.

A juíza federal Luciana Ortiz Zandoni, vice-diretora do Foro (capital), explica que a gestão da inovação é utilizada na iniciativa privada e tem sido aplicada em diversas áreas do setor público. “O programa é abrangente e vai abordar desafios que nós identificamos e que precisam ser enfrentados. Por esse motivo, estabelecemos macro-objetivos que irão nortear as atividades da Administração. A gestão da inovação representa, portanto, uma ferramenta para atingir essas metas”. Alguns desses macro-objetivos do iNovaJusp são descritos a seguir.

Adotar a Gestão do Conhecimento e Inovação

A gestão da inovação estabelece que as soluções para os problemas sejam pensadas de forma conjunta, a partir de experiências individuais vividas

pelos atores que compõem a Justiça Federal (juízes, servidores, usuários e operadores do direto). Luciana Ortiz ressalta o potencial de conhecimento e vivência que essas pessoas têm e que podem ser utilizados no aprimoramento do serviço público. “A gestão da inovação propicia um ambiente de cocriação onde as ideias e os talentos se entrelaçam em prol de um resultado que atenda as expectativas do cidadão”.

Uma das formas de implementar a gestão da inovação é por meio dos “laboratórios de inovação”, que são locais voltados a desenvolver soluções criativas para todo e qualquer problema da instituição. “O laboratório de inovação é um espaço de participação democrática. Nele, os atores que integram a Justiça Federal, com o uso de técnicas e metodologias próprias, poderão desenvolver juntos projetos e ações que visem produzir um serviço público de maior qualidade”, destaca a vice-diretora.

Estabelecer a Rede de Governança

A Rede de Governança prevê diversos mecanismos de participação dos juízes e servidores na gestão estratégica da instituição. “O nosso grande desafio era criar uma rede de governança que fosse integrativa com a gestão. Percebemos que hoje, dentro da estrutura do Judiciário, temos vários comitês de governança, mas eles estão funcionando quase que paralelamente às atividades de gestão. Fizemos um modelo integrado, um conselho de governança composto não apenas por juízes e servidores, mas por diretores das subsecretarias que compõem o gabinete de gestão da Diretoria do Foro”, afirma a magistrada.

Dentro da Rede de Governança, também foi instituído o Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (CONGIP), composto por representantes, juízes e servidores de cinco regiões administrativas, criadas com o objetivo de aproximar a administração central com o interior e com o litoral do estado. Os membros do CONGIP, além de participarem da tomada de decisões

administrativas, poderão aprimorar a comunicação das subseções com a Diretoria do Foro e levantar, junto aos juízes e servidores, dados, diagnósticos, necessidades da sua região, destacando as boas práticas e promovendo a cultura da gestão inovadora.

“A Rede de Governança não subtrai o poder decisório de quem, de fato, decide, mas fornece subsídios para que as decisões sejam tomadas com mais qualidade. Por isso, a participação de todos é fundamental, pois quem está à frente do serviço tem uma visão diferenciada do que precisa ser mudado”, argumenta a juíza.

Rede de Governança Participativa



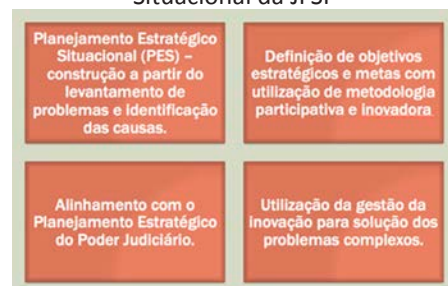
Elaborar o orçamento-programa participativo

Esse modelo de governança também trará maior racionalização no uso dos recursos e viabilizará a realização do orçamento-programa participativo para a pré-proposta orçamentária da JF/SP, que será encaminhada em 2017, permitindo identificar gastos que podem ser substituídos por opções inovadoras e mais econômicas. “Pretendemos elaborar nossa proposta orçamentária por meio da participação de magistrados, servidores e da sociedade civil, a partir de uma prévia definição de objetivos e meios para alcançá-los. Para isso, primeiramente faremos um levantamento de todos os dados com a definição de metas e iniciativas. Em uma segunda fase, verificaremos os custos das ações, programas e projetos, definindo quais serão prioritários. A proposta orçamentária partirá daí”, afirma Luciana Ortiz.

Formular o Planejamento Estratégico Situacional

O iNovaJusp estabelece que a adoção do Planejamento Estratégico Situacional na Seção Judiciária de São Paulo é necessária para se inverter a lógica da construção do orçamento, que deve ocorrer a partir das necessidades e problemas a serem enfrentados e considerando as prioridades já estabelecidas.

Planejamento Estratégico Situacional da JFSP



De acordo com o programa, a existência de planejamento distante da realidade engessa a administração com canalização dos recursos para políticas não identificadas pelos executores como prioritárias, sendo imprescindível o estabelecimento de uma forte conexão entre destinatários, planejadores e executores dos serviços judiciários.

“A gestão estratégica é hoje o coração da Diretoria do Foro. Nossa visão é a de propiciar que todos se engajem em projetos e aprimorem o modelo apresentado, tendo consciência de que precisamos melhorar o serviço segundo as perspectivas do cidadão, buscando atender aos anseios dos usuários do serviço”, pondera a juíza Luciana Ortiz.

“Acreditamos que esse trabalho, feito com a participação de juízes e servidores e com foco no usuário final, tornará possível oferecer um serviço de melhor qualidade para a população. No final, está realmente o usuário, mas o objetivo é que todos sejam contemplados na hora da Administração tomar suas decisões”, conclui Paulo Cezar Neves Junior.

🌐 Acesse as informações sobre o iNovaJusp na página criada na intranet da JF/SP e vídeo de apresentação na TV Corporativa da JFSP.

APADRINHAMENTO AFETIVO

Proporcionar condições às crianças e adolescentes, acolhidas em instituições, para encontrar suporte afetivo, social e comunitário, tendo maiores chances de se sentirem apoiados e fortalecidos para a construção de uma vida autônoma. Essa é a missão do programa de apadrinhamento afetivo.

Os padrinhos e as madrinhas são pessoas dispostas a se tornarem referências afetivas duradouras, sendo um importante ponto de apoio para a construção da identidade, compartilhamento de experiências, enfrentamento de desafios e a inserção social e cultural das crianças e adolescentes.

“Este apoio afetivo vem prevenir e minimizar situações de risco que possam estar expostos e assim reduzir danos advindos de um processo de institucionalização”, explica Helena Zgierski, gerente de serviço da Associação Maria Helen Drexel (www.helendrexel.org.br), instituição pioneira em serviço de acolhimento institucional que atualmente abriga 50 acolhidos.

Os menores apadrinhados têm, normalmente, mais de dez anos, podem ter irmãos e, por vezes, são deficientes ou portadores de doenças crônicas, condições que muitas vezes dificultam uma adoção.

Mas é bom lembrar que apadrinhamento não é adoção. Os padrinhos tornam-se uma referência na vida do afilhado, podem visitá-lo e, mediante autorização, passear e até mesmo viajar com o menor.

O apadrinhamento visa proporcionar a experiência de convivência familiar e comunitária à criança, favorecendo o sentimento de pertencimento e estabilidade emocional; consolidar laços afetivos que darão suporte emocional ao apadrinhado após seu desligamento da



instituição; além de prestar assistência moral, afetiva e educacional ao afilhado.

Existem dois tipos de apadrinhamento: o afetivo e o financeiro. O afetivo possibilita que um padrinho (ou madrinha) auxilie a resgatar o convívio familiar do menor, permitindo, inclusive que o adulto frequente a escola da criança, participando efetivamente de sua rotina.

Já o apadrinhamento financeiro é para aquelas pessoas que não possuem disponibilidade de tempo para se dedicar ao afilhado, mas desejam ajudar financeiramente, colaborando com custeamento de escola, curso, esporte, terapia, médico, entre outros.

Requisitos para padrinhos

Para se candidatar a padrinho ou madrinha afetiva, a pessoa deve ter mais de 25 anos e, no mínimo, doze de diferença em relação ao afilhado. Deve também ter disponibilidade para estar com a criança ao menos duas vezes por mês durante um dia inteiro, bem como, para participar da reunião de acompanhamento, em dias e horários preestabelecidos, além de residir no mesmo município da instituição.

Os candidatos devem ainda apresentar uma carta de intenção de apadrinhamento; entregar documentação, como certidão negativa de antecedentes criminais, cópia de RG e CPF, comprovante de endereço; e permitir visita em sua residência. Por fim, são

submetidos a uma capacitação, antes do apadrinhamento.

“Os padrinhos devem sempre deixar claro que não irão adotá-los, pois a proposta não é adoção, e sim padrinhos que serão referência afetiva após a saída da instituição, com 18 anos”, alerta Helena Zgierski.

Regulamentação

Embora o programa de apadrinhamento afetivo já exista há algum tempo, foi regulamentado somente no final de 2014 pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.

Até então, cada instituição executava o programa da maneira que entendesse, então o TJ viu a necessidade de padronizá-lo, a fim de evitar fraudes em cadastro de pretendentes, podendo até ocasionar tráfico de crianças para fins de adoção.

Quem tiver interesse em apadrinhar algum menor pode acessar a página www.fazendohistoria.org.br ou procurar a Vara da Infância e Juventude mais próxima. Para mais informações sobre apadrinhamento afetivo (e também adoção), o TJ/SP disponibiliza o site www.adotar.tjsp.jus.br.

“O objetivo do apadrinhamento é ajudar as crianças e adolescentes a tornarem-se adultos bem formados e independentes, inseridos na sociedade e com chances reais de terem uma vida digna e mais feliz”, conclui Helena Zgierski. ■

TIPOS E TRATAMENTOS DE CALVÍCIE

Uma pessoa saudável perde, em média, de 100 a 150 fios de cabelo por dia. Isso ocorre porque os cabelos estão em constante renovação e cada fio tem duração aproximada de um ano e meio a dois anos. Após a queda do fio, outro nasce no lugar e o ciclo se reinicia. Contudo, nos casos de calvície, os bulbos capilares se atrofiam e não há o nascimento de novos fios.

Muitos são os fatores determinantes para esse problema que atinge homens e mulheres. A medicina estuda vários tipos de calvície, sendo o principal deles a alopecia androgenética, que tem causa hereditária, mas existem outros tipos menos frequentes. Conheça cada um deles e os principais tratamentos:

A **alopecia androgenética** é um problema que atinge cerca de 50% dos homens, pois a causa é determinada por um problema genético que se potencializa pelo hormônio masculino (testosterona). O gene da calvície é dominante em indivíduos do sexo masculino e recessivo para indivíduos do sexo feminino.

Tratamento: por ser um problema genético, a tendência para esse tipo de calvície permanece por toda a vida. Assim, os tratamentos disponíveis atual-

mente minimizam, atrasam ou interrompem a manifestação dessa tendência, mas nunca a solucionam definitivamente. Apesar de haver inúmeros tratamentos, ainda não há cura comprovada para a alopecia androgenética.

A **alopecia areata** é um tipo de calvície causada por problemas de saúde. Nesse tipo de alopecia, a queda dos cabelos ocorre por interrupção de sua síntese, sem que haja destruição dos folículos, podendo ser reversível. “Durante muito tempo, considerava-se que infecções eram a causa da alopecia areata. Hoje, está estabelecido que ela é um problema autoimune e resulta da tensão emocional”, afirma Luiz Carlos Cucé, médico e professor de dermatologia no Hospital das Clínicas da USP, em entrevista para o site drauziovarella.com.br.

Tratamento: para esse tipo de calvície, o tratamento é à base de corticoides de uso tópico, psicoterapia e medicamentos que aumentem a circulação local. A ideia é aumentar a irrigação nessa área da cabeça para favorecer o crescimento de novos cabelos. As causas emocionais e psicológicas também devem ser tratadas para evitar a continuidade do problema.

A **alopecia cicatricial** ocorre quando os bulbos capilares cicatrizam após a queda dos fios, deixando a pele lisa. Muitos podem ser os fatores associados a esse tipo de calvície, mais rara, mas não há relação genética comprovada. Esse tipo de alopecia pode atingir homens e mulheres de todas as idades, mas é menos comum em crianças.

Tratamento: para essa alopecia, o diagnóstico e o tratamento devem ser realizados o mais breve possível, pois uma vez que o folículo capilar cicatriza, não há mais retorno. É possível que médicos confundam a alopecia cicatricial com a areata, o que pode prejudicar o tratamento. Um bom tricologista (médico dermatologista especialista em cabelos) deve ser consultado assim que surgirem os primeiros sintomas.

O tratamento varia de acordo com a causa, e pode ser feito com o uso de antibióticos, corticoesteróides ou outros anti-inflamatórios. Algumas variações do problema ainda requerem a combinação de diversos medicamentos. As áreas do couro cabeludo afetadas pela alopecia cicatricial não podem ser recuperadas, mas quando pequenas podem ser retiradas cirurgicamente ou receber o implante capilar. ■

CALVÍCIES MODERNAS

A alopecia por tração e a causada pelo excesso de química são formas mais recentes de calvície, que estão relacionadas à vida moderna e acometem principalmente as mulheres. Quando uma pessoa penteia o cabelo excessivamente, seja para alisar ou desembaraçar, ou ainda, quando prende o cabelo deixando-o extremamente esticado, os fios enfraquecem e podem cair em excesso. Isso também ocorre nos tratamentos de beleza em que os produtos químicos são de má qualidade ou são utilizados em excesso. Nesses casos, quando ocorrer a queda de cabelo, os procedimentos estéticos devem ser suspensos antes que o problema se torne irreversível.



MAUÁ – 40ª Subseção

A cidade de Mauá teve sua origem como bairro do município de São Bernardo do Campo/SP do qual passou a ser distrito em 1934 e, posteriormente, de Santo André (1938). Mauá foi emancipada e transformada em município independente depois de plebiscito popular, no ano de 1953, após um movimento emancipacionista liderado pelo munícipe Egmont Fink. A economia local era baseada nas fábricas de porcelana, o que rendeu à cidade os apelidos de “capital da louça e da cerâmica” ou “capital da porcelana”. Atualmente os principais ramos de atividade econômica da cidade são logística, metalurgia, indústria química, de materiais elétricos e petroquímica.

No município existem dois polos industriais (Capuava e Sertãozinho) e um grande polo petroquímico, onde está localizada a Refinaria de Capuava – pertencente à Petrobras. Mauá se configura hoje como um dos maiores parques industriais do país e está entre as 50 cidades mais populosas do Brasil.



Praça 22 de novembro, centro, Mauá/SP.



Fachada do prédio da 40ª Subseção

Justiça Federal

A 40ª Subseção Judiciária de São Paulo foi inaugurada em 10 de dezembro de 2010, pelo então presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Roberto Haddad, contando com uma vara e com jurisdição sobre os municípios de Mauá e Ribeirão Pires. Logo após a inauguração, o Fórum recebeu cerca de 10 mil processos de uma única vez, vindos da Justiça Estadual.

No ano de 2014, foi inaugurado o Juizado Especial Federal e o Fórum precisou ser transferido para um prédio maior localizado na Avenida Capitão João, 2301, no bairro Matriz. A Subseção conta com dois juízes federais: Fábio Rubem David Müzel, diretor do fórum, e Ed Lyra Leal.

“Os servidores da Subseção são comprometidos com ações de sustentabilidade, fazendo uso racional de energia elétrica, com o desligamento das lâmpadas em locais e horários com pouca movi-

mentação, e ainda, reduzindo o tempo de funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado”, destaca o servidor do Núcleo de Apoio Regional de Mauá, Douglas Miranda.

Na 1ª Vara Federal de Mauá, a maioria dos processos é de Execuções Fiscais, uma vez que a região atende aos polos industriais do Sertãozinho e de Capuava, bem como ao polo petroquímico com destaque para a Refinaria de Capuava, além de muitos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço. Também se destacam os processos de natureza previdenciária.

Turismo

Gruta de Santa Luzia: o Parque Ecológico da Gruta de Santa Luzia foi criado em 1975 e abriga várias nascentes de rios, incluindo a do Tamanduateí. A gruta é conhecida por ter “poderes curativos” e o local é cercado pela Mata Atlântica, estando enquadrado

como Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA). É nele que se localiza o viveiro municipal.

Museu Barão de Mauá: patrimônio histórico da cidade, o Museu Barão de Mauá, foi tombado como bem cultural material pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT. Construído no decorrer do século XVIII, o casarão que abriga o museu é um importante exemplar bandeirista. Entre os objetos que compõem o acervo destacam-se fotografias, objetos e documentos. O espaço promove exposições e eventos culturais, e recebe alunos em visitas programadas.

Capela Imaculada Conceição: a Igreja Matriz Imaculada Conceição de Mauá foi construída em homenagem à padroeira da cidade, no ano de 1928. No local há a imagem da santa, procedente da Europa e entalhada em madeira no século XIX. Tanto a capela, como a imagem são bens culturais materiais tombados.

Ribeirão Pires

A Estância Turística de Ribeirão Pires, que também compõe a 40ª Subseção Judiciária, é conhecida pela qualidade de vida oferecida aos moradores e por crescer economicamente respeitando o meio ambiente. Dentre os principais pontos e eventos turísticos, destacam-se:

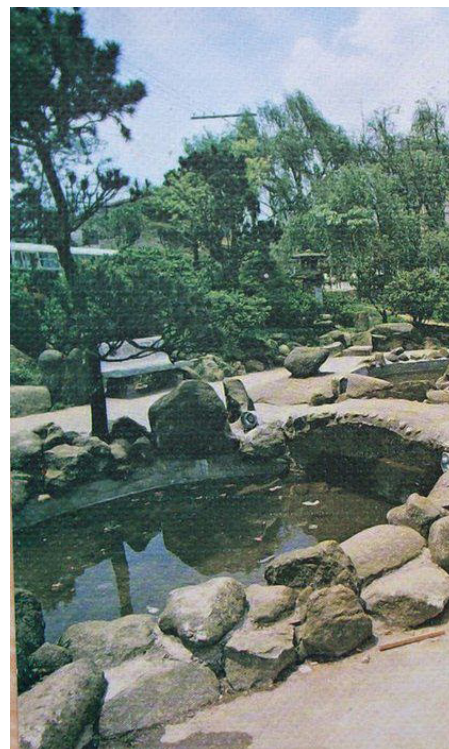
Festa do Pilar: considerada um dos mais tradicionais eventos da região do Grande ABC, a festa ocorre anualmente, no início de maio, nas imediações da Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

Vila do Doce: inaugurada em janeiro de 2008 e localizada na região central do município, a Vila do Doce é uma ótima opção de lazer para a população da cidade. Os quiosques, incluindo alimentação e artesanato, também são atrativos para turistas e movimentam a economia local.

Festival do Chocolate de Ribeirão Pires: o projeto, iniciado em 2005, passou a integrar o calendário oficial de eventos do estado de São Paulo, a partir de 2010. O

Festival reúne, em um só espaço, variedade gastronômica e cultural e sua grade de apresentações – música, teatro, artes plásticas, circo, dança etc. – abre espaço para artistas da região e é opção de lazer e entretenimento para os moradores e visitantes.

Jardim Japonês na década de 70



Jardim Japonês

Em meados de 1961, em comemoração ao 30º aniversário da imigração japonesa em Mauá, a colônia nipônica ofereceu, como presente ao município, uma miniatura de um jardim japonês com plantas originais do país.

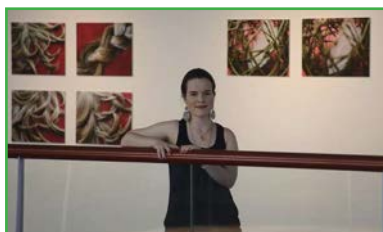
A construção contou com escavações para o tanque, instalação elétrica, colocação de pedras e, principalmente, serviços de jardinagem. Na época, vários caminhões carregados de pedras e árvores como ipês, cerejeiras e pinheiros, entre outras, cruzavam diariamente o centro da cidade.

O jardim ocupou uma área de cerca de 500 m², proporcionando aos moradores uma agradável paisagem oriental, composta de peixes, árvores e pedras naturais.



Vila do Doce, Ribeirão Pires

EVENTOS E CULTURA




DISCURSO SOBRE A MEMÓRIA

O Sesc Sorocaba apresenta a exposição de arte contemporânea de Fernanda Monteiro, com curadoria da própria artista. A exposição conta com três desenhos, duas pinturas, um conjunto com 10 fotografias e uma instalação acústica. A produção da artista se baseia em sua memória afetiva e traz uma revisão em busca de “pontas soltas”.




INSTALAÇÃO RAPUNZEL

Baseada no conto popular dos Irmãos Grimm, Flávia Bertinato criou uma instalação no Sesc Santo Amaro que integra tesouras cirúrgicas pintadas na cor dourada, carretéis revestidos de madeira e tranças, realizadas manualmente a partir de fibras de sisal. Juntos, os elementos da instalação reportam-se aos cabelos da protagonista e configuram um expansivo desenho. 




MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

O Memorial da Resistência de São Paulo localiza-se no edifício onde funcionava o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, no período 1940 a 1983. O museu, vinculado à Pinacoteca do Estado de São Paulo, é dedicado à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano, principalmente durante o regime militar. A exposição permanente tem entrada gratuita. 




INGRESSOS PARA TURNÊ DE DJAVAN

Em fevereiro, a turnê “Vidas pra contar” terá apresentações em Campinas, São Carlos e São Paulo/SP e já está com os ingressos à venda. O próprio artista é quem assina a direção deste espetáculo, que conta com uma variedade de estilos musicais e mistura músicas novas com as clássicas canções. Ingressos a partir de R\$ 80. 




3º SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS DE MOGI DAS CRUZES/SP

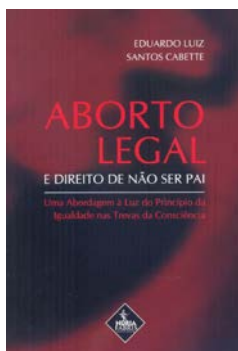
O evento acontece na Galeria de Artes Wanda Coelho Barbieri, no Centro Cultural de Mogi das Cruzes/SP. A exposição conta com 28 trabalhos, sendo oito acadêmicos e 20 contemporâneos, e ficará aberta ao público até o dia 7 de janeiro. A entrada é gratuita. 



ESTÂNCIA HIDROMINERAL TERMAS DE IBIRÁ

Localizada a 50 km de São José do Rio Preto, o Parque das Termas de Ibirá conta com lagos, uma ilha e a mini península com gansos nativos. No local é possível fazer piqueniques, utilizar as piscinas ou relaxar em contato com a natureza. A estância conta com águas minerais vanádicas, alcalinas e bicarbonatadas distribuídas por cinco fontes com capacidade para oferecer até 500 banhos por dia. 

LIVROS E FILMES



Aborto legal e o direito de não ser pai

Assunto: Direito Penal

Autor: Eduardo Luiz Santos Cabette

A obra tem por objetivo a discussão acerca das consequências jurídicas derivadas da legalização do aborto quanto à igualdade da opção de procriar. A questão, que traz consigo desde logo a polêmica envolvendo a vida humana, a maternidade, a paternidade, a liberdade e a dignidade huma-

na, bem como o conteúdo do que se pode entender por pessoa humana e seu valor, será desenvolvida tendo inicialmente como parâmetro a situação jurídica do homem diante da paternidade em sociedades onde o aborto é legalizado. A obra também irá tratar do tema nos casos de gravidez oriunda de estupro perpetrado por mulher contra homem, onde também se pode discutir a temática da rejeição da paternidade.



25 anos da Constituição Brasileira de 1988

Assunto: Direito Constitucional

Organizadora: Patrícia Henriques Ribeiro

A democracia brasileira se desenvolveu nos últimos 25 anos. Embora ainda nova, a Constituição vem sendo construída em meio a transformações profundas em seu texto e interpretação. O pós-positivismo, aliado

ao fortalecimento normativo da Constituição, expansão da jurisdição constitucional e ao desenvolvimento de nova dogmática da interpretação constitucional contribuem para isso. Reunir o pensamento de autores que, durante esse período marcaram história, através de seus escritos, aulas, palestras e outros meios de propagação dessas ideias, aliadas ao festejo da democracia é a intenção deste livro.

CINEMA



A CHEGADA

Data de lançamento: 24 de novembro de 2016 (1h 56min)

Direção: Denis Villeneuve

Elenco: Amy Adams, Jeremy Renner, Forest Whitaker mais

Gênero: Ficção científica

Nacionalidade: EUA

Quando seres extraterrestres chegam à Terra, a Dra.

Louise Banks (Amy Adams), uma linguista, é procurada por militares para traduzir os sinais e desvendar se os alienígenas representam uma ameaça ou não. No entanto, a resposta para todas as perguntas e mistérios pode ameaçar a vida de Louise e a existência de toda a humanidade.

Fonte: Adoro Cinema

HOME VÍDEO



UM DIA PERFEITO

Data de lançamento: 21 de julho de 2016 (1h 46min)

Direção: Fernando León de Aranoa

Elenco: Benicio Del Toro, Tim Robbins, Mélanie Thierry mais

Gênero: Drama

Nacionalidade: Espanha

Um grupo de ajuda humanitária trabalha em uma região afastada dos Balcãs, em pleno período de guerra. Eles auxiliam o povo em suas tarefas cotidianas, enquanto funcionam de contato intermediário com as Nações Unidas. Um dia, o principal problema dos experientes Mambrú (Benicio Del Toro) e B (Tim Robbins) e da novata Sophie (Mélanie Thierry) é retirar com rapidez o cadáver jogado no único poço da cidade, para impedir que toda a água fique contaminada. Mas a situação é mais complexa do que aparenta.

Boas Festas

São os votos da
Diretoria do Foro
para todos os
magistrados,
servidores,
colaboradores e
usuários da
Justiça Federal
em São Paulo



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de São Paulo